

Tendência no PMDB é diminuir mandato

FLAMARION MOSSRI

A discussão no PMDB do tempo de duração do mandato do presidente Sarney está se modificando — quatro, cinco ou seis anos para três ou quatro anos, com sistema parlamentarista abrandado, com primeiro-ministro exercendo funções de presidente.

Lideranças influentes do partido, incluindo ministros e governadores, estão convencidas de que, com o agravamento da situação econômica, o PMDB corre o risco de se desgastar a cada dia, ficando sem condições de sustentar o governo e lutar contra sua desestabilização.

A análise, preocupante e grave, tem sido feita, com frequência, em reuniões informais de líderes, dirigentes e personalidades do PMDB. A maioria está se convencendo de que, se a crise não for controlada a curtíssimo prazo, ninguém do partido poderá defender mandato de cinco anos para Sarney.

Quarta-feira à noite, na residência oficial do ministro da Previdência Social, o quadro sócio-econômico, a situação do PMDB e as dificuldades nos trabalhos da Constituinte constaram da pauta de reunião com os ministros Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães, o governador Pedro Simon (RS), Ulysses Guimarães e os líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Luiz Henrique, Euclides Scalco e um dos relatores da Assembléia Constituinte, Arthur da Távola (Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, e Família).

A exceção de Ulysses Guimarães, o estado de espírito dos líderes do PMDB era de evidente ceticismo. Todos estão de acordo de que a crise é econômica, agravada com a falta de definições, de propostas para equacioná-la e mantê-la sob controle. A crise político-institucional seria consequência do caos sócio-econômico.

Foi dito que a crise política, apesar das dificuldades, sempre poderia ser resolvida, já que a maioria é constituída de profissionais, capazes de contornar os problemas. Já na crise econômica, o PMDB está no papel de vitraça, expondo-se perante a opinião pública, sem conseguir influenciar o governo para amenizá-la.

Para os líderes e dirigentes do PMDB, o partido está sendo responsabilizado publicamente pela crise econômica e, dentro em breve, será também responsável pela crise político-institucional, que muitos consideram inevitável, se o governo não puder controlar a economia nacional. Ulysses Guimarães foi especialmente alertado sobre o desastre que ronda o partido.

Na reunião de quarta-feira, poucos pouparam o presidente Sarney de críticas — pela falta de definições, pelos avanços e recuos, pela falta de autoridade, pelo seu objetivo de tentar implodir o PMDB, na tentativa de separar-agrupamentos ideologicamente afins, em várias legendas.

Somente Ulysses Guimarães ainda considera possível sustentar, na Constituinte e fora dela, o mandato de cinco anos para o atual presidente. O veterano político paulista, além disso, continua defendendo o presidencialismo — com o fortalecimento das atribuições do Legislativo.

A maioria, porém, não está acreditando mais na viabilidade do apolo político-partidário ao mandato de cinco anos e, muito menos, na sustentação do sistema presidencialista. Na sociedade, foi dito na reunião, as restrições são claras: o alvo é Sarney. O PMDB, principal apolo político-parlamentar ao governo, caminha rápido para o desgaste, na medida em que o governo não consegue nem controlar o quadro sócio-econômico.

O ceticismo do comando partidário está-se refletindo nas atividades da Constituinte. A cada dia os ânimos mais se exaltam, em duas direções: no conflito ideológico e no debate envolvendo a duração do mandato do atual presidente. Parlamentares importantes do PMDB, que até outro dia se mostravam dispostos a enfrentar a frustração da sociedade, insistindo no mandato de cinco anos, agora já estão admitindo: a melhor solução seria o próprio presidente concordar com eleições em 15 de novembro de 1988 — até mesmo para cortar na raiz o movimento, que já dá sinais de vida na Constituinte, de diretas logo — 120 dias após a promulgação da nova Constituição (março ou abril do próximo ano).

Brasília - Ag. Estado

Proposta veta construções faraônicas

O Congresso Nacional poderá evitar futuramente a realização de obras suntuosas, que costumam não levar em conta a situação econômica do País, incluindo-se na nova Constituição item que considere de exclusiva competência do Legislativo a aprovação prévia de projetos de obras e serviços públicos, cujos valores ultrapassem 5% do orçamento federal. Proposta nesse sentido foi apresentada à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que tomou por base a obstinação do governo federal em executar a qualquer preço e em caráter de urgência a Ferrovia Norte-Sul, apesar da grave crise econômica por que passa o País. O parlamentar demonstra que o custo da ferrovia, estimado em US\$ 2,5 bilhões, equivale a mais de 13% das despesas da União, de acordo com o orçamento financeiro deste ano. Mendes defende a aprovação prévia do Congresso nessas situações, notadamente em momentos de extrema dificuldade financeira como a do momento, de acordo com a conveniência do interesse público.